



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 013/2024

Objeto: Parecer Jurídico do Projeto de Lei do Legislativo nº 1, de 18 de março de 2024

Autoria: Mesa Diretora do Poder Legislativo

Ementa: *"Reajusta o valor do Auxílio-Alimentação instituído pela Lei Municipal nº 602, de 02 de junho de 2010."*

I – RELATÓRIO

Foi recebido por esta assessoria o Projeto de Lei (PL) de autoria da Mesa Diretora do Poder Legislativo, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno nº 03/2021 a pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

Segundo justificativa da Mesa Diretora do Poder Legislativo, o Projeto de Lei em análise reajusta o valor do Auxílio Alimentação instituído pela Lei Municipal nº 602, de 02 de junho de 2010, passará dos atuais R\$ 20,00 (vinte reais) para R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a contar de 16 de março de 2024, reajuste no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De acordo com a Constituição Federal (CF), os Municípios têm competência legislativa nos termos do artigo 30, em especial em assuntos de interesse local (inciso I) e na suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (inciso II).

O Projeto atende aos requisitos constantes da Constituição Federal e respeita a boa técnica legislativa, seu teor versa sobre assunto de interesse local, observando, desta maneira, o disposto no art. 30, I, da Constituição Federal.

A Lei Municipal n.º 602, de 02 de junho de 2010 dispõe sobre a concessão de Auxílio-Alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal e, em seu art. 3º especificou o valor da quota diária, prevendo no parágrafo único que "o valor do Auxílio



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

Alimentação será corrigido periodicamente, mediante Lei, consideradas as necessidades básicas de alimentação e a disponibilidade orçamentária”.

O projeto vem acompanhado da estimativa de impacto financeiro-orçamentário (n.º 08/2024), conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), especialmente nos artigos 16 e 17, dando conta da existência de recursos, explicitando ainda que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ressalta-se que foi solicitada a tramitação do projeto de lei pelo regime de urgência urgentíssima, recomendando-se aos membros da Casa Legislativa a observância aos prazos estabelecidos regimentalmente, conforme disposto no artigo 163-A.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa** do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, esta Assessoria Jurídica **opina** pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 001/2024 do Poder Legislativo.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação e dos princípios doutrinários, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto jurídico e legal.

Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta Assessoria Jurídica **não é vinculante**, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

É o parecer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para apreciação do presente.

Boa Vista do Sul (RS), 22 de março de 2024.


Aline Z. Furlanetto Salvi

Assessora Jurídica

OAB/RS 107.597